

DEPENDÊNCIA E IRREVERÊNCIA: O PAPEL DA IMPRENSA COLONIAL NA REVOLUÇÃO AMERICANA (1690-1776)

.....

Os primeiros jornais norte-americanos estabeleceram os padrões de actuação jornalística que permanecem até aos dias de hoje. Neste artigo traça-se essa trajectória, cuja primeira fase termina com a independência dos Estados Unidos da América e é marcada por um acontecimento – a introdução do *Stamp Act* (1765) - que iria determinar posições díspares face ao poder político.



Rita Baleiro - ESGHT

O conceito contemporâneo de jornalismo pauta-se, fundamentalmente, pelos padrões de neutralidade, de objectividade e de factualismo.

O que motivou este artigo foi, precisamente, a curiosidade de observar de que forma estes padrões contrastam com o passado do jornalismo norte-americano, uma vez que é ele, quer se queira quer não, que define a maioria das tendências mundiais.

Deste modo, começando por fazer uma observação cronológica dos primeiros e principais jornais da América colonial, pretende-se analisar a estrutura e o conteúdo desses projectos jornalísticos face à realidade na qual existiram e aos poderes que lhe foram contemporâneos.

No estudo da imprensa relativo a este período, ressalta um acontecimento que provocaria mudanças significativas na imprensa, nomeadamente na sua orientação editorial: a introdução do *Stamp Act* decretado pelo Parlamento britânico, em 1765. Daí que se tenha optado por traçar o perfil da evolução do desempenho da imprensa pré-1765 e pós-1765.

Ao contrário da experiência moderna, até 1765, a maioria dos editores coloniais não encarava as notícias como

a razão primordial da sua existência, sustentando-se, preferencialmente, de editoriais e de ensaios, que eram, frequentemente, dedicados a assuntos como a religião ou as actividades comerciais (SLOAN e WILLIAMS 1994: 207).

Nesta fase, a imprensa era urbana e de dimensão local, produzida nas cidades do Norte (os primeiros jornais publicaram-se em Boston) onde a literacia e o convívio social eram mais significativos do que no Sul². Estes jornais tinham uma tiragem semanal, eram vendidos por assinatura e resultavam do trabalho de um só homem que, reunindo, em si mesmo todas as tarefas de produção de um jornal, deparava-se com várias dificuldades, sendo a maior o deficiente sistema de comunicação intercolonial. O sistema postal que se iniciou em 1692, e do qual dependia a venda de assinaturas dos jornais, só se desenvolveria significativamente no início do século XIX. Assim, sucedia que as notícias publicadas eram predominantemente oriundas da Europa, nomeadamente de Inglaterra, e só em seguida apareciam as notícias internas.

Neste contexto, para a publicação de notícias, os jornais coloniais dependiam dos seus pares europeus e ingleses, de documentos e comunicados oficiais dos governos coloniais, de car-

tas particulares, do sistema de troca de notícias com outros jornais coloniais e, ocasionalmente, de conversas com habitantes locais ou com aqueles que passavam em viagem. Nesses jornais, cujas tiragens raramente excediam os trezentos exemplares, as notícias eram, normalmente, apresentadas a três colunas, ocupando três das quatro páginas, sendo uma delas dedicada, na maioria das vezes, à publicidade. Aliás, a inclusão de publicidade nos jornais era um aspecto importante para estes editores, uma vez que representava uma das poucas fontes de rendimento à qual podiam recorrer.

Porém, como os lucros da publicidade não eram suficientes para garantir a existência do jornal, os proprietários, simultaneamente editores e jornalistas, optavam por manter outras actividades, como recorda Benjamin Franklin, na sua autobiografia de 1780: eles assumiam a chefia dos postos dos correios, abriam lojas onde vendiam ou aceitavam trabalhos de impressão de documentos oficiais e de textos religiosos.

De facto, parece ser possível sugerir a existência de um verdadeiro sentido de missão nestes primeiros editores que persistiam na sua actividade mesmo com recursos financeiros muito reduzidos.

O PRIMEIRO JORNAL: *PUBLICK OCCURRENCES, BOTH FOREIGN AND DOMESTICK*

A 25 de Setembro de 1690, Benjamin Harris, um inglês que emigrara para Boston em 1686, publica, pela primeira (e única) vez, aquele que foi o pioneiro do jornalismo colonial: o *Publick Occurrences, Both Foreign and Domestick*. Como editor, Harris afirmava que o seu propósito era ajudar os colonos americanos a compreender as «circumstances of Publique Affairs» bem como acompanhar «their Businessess and Negotiations»². Para além de lhes garantir que o jornal só seria publicado quando «any glut of Occurrences happen» e quando «such considerable things have arrived unto our Notice», este editor sublinhou a intenção de apenas publicar notícias que proviessem de fontes seguras, a fim de transformar o único jornal das colónias num meio de comunicação fidedigno.

Uma destas notícias relatava a expedição da milícia de Massachusetts contra os franceses e os seus aliados índios no Canadá. Harris criticava o facto do governo ter confiado, em demasia, na ajuda dos Mohawks e acusava as autoridades coloniais de preferirem o apoio de selvagens à ajuda de Deus. Muito provavelmente terá sido este comentário depreciativo que resultou na suspensão da publicação do jornal ordenada pelo governo colonial. Na realidade, nesta fase, a colónia atravessava uma fase de caos político interno (destituição do governo nomeado pela Coroa) e o governo colonial não pretendia ver publicadas quaisquer críticas às suas acções.

O SEGUNDO JORNAL: *BOSTON NEWS-LETTER*

Quando o seu jornal foi encerrado, Harris regressou a Londres, deixando para trás um vácuo jornalístico que só seria preenchido catorze anos mais tarde com a publicação do segundo jornal colonial: o *Boston News-Letter*³,

cujo editor, John Campbell, assumiu, ao contrário de Benjamin Harris, uma atitude mais subserviente face à autoridade britânica, representada pelo governador Joseph Dudley, o que lhe terá garantido a publicação contínua do seu jornal.

Joseph Dudley é frequentemente recordado como um governador impopular, sobretudo, pela sua tentativa, juntamente com o reverendo Robert Ratcliffe, de impor a religião anglicana na colónia de Massachusetts, forçando a comunidade puritana a ceder as suas igrejas para os serviços religiosos anglicanos, medida que apesar de fortemente contestada, prevaleceu⁴.

Neste contexto, John Campbell, tal como fez o seu sucessor, Bartholomew Green, assegurou a publicação do jornal com a protecção da administração Dudley simbolizada na impressão «Printed by Authority» na primeira página de cada exemplar, como forma de não esquecer a quem se devia a existência do jornal. Para além do mais, o dinheiro que mantinha o jornal chegava através dos contratos, oferecidos pelo governador, para impressão de documentos oficiais (MOTT 1952: 35).

Na realidade, a maioria dos jornais e almanaques publicados nesta fase (entre 1719 e 1783 surgiram cerca de 67 publicações, embora a maioria tivesse uma existência curta) assegurava a sua continuidade através do financiamento por parte das autoridades coloniais em troca de serviços de impressão de documentos oficiais. A outra forma de garantir a subsistência era a venda de espaço para publicidade⁵.

O *Boston News-Letter*, editado pela primeira vez a 24 de Abril de 1704, iniciou, nas colónias, um estilo jornalístico subserviente e semi-oficioso, consequência da própria atitude de Campbell que encarava a produção do jornal como mais uma das suas responsabilidades oficiais, juntamente com a chefia dos correios. Campbell assumia-se como o transmissor oficial das notícias do governo central e do governo colonial, nunca encarnando

o papel de editor independente, cuja função seria escrutinar as acções governamentais.

Na primeira das duas páginas do *Boston News-Letter*, Campbell publicava as notícias internacionais, nomeadamente as vindas da Inglaterra e da Europa. Na segunda página colocava as notícias das colónias, as notícias locais e ocasionalmente sermões religiosos e discursos filosóficos. Ainda no final desta página, publicava os anúncios, uma fonte garantida de rendimento.

Campbell teve a seu cargo a produção do único jornal das colónias até 1719, ano em que perdeu a chefia dos correios a favor de William Brooker e suspendeu o envio das assinaturas do seu jornal, ficando o jornal apenas disponível para os que viviam em Boston.

BOSTON GAZETTE E NEW-ENGLAND COURANT

Ambicionando a produção de um jornal na cidade de Boston que ocupasse o vazio jornalístico colonial, Brooker inicia com James Franklin, em 21 de Dezembro de 1719, a publicação da *Boston Gazette*.

Dois anos mais tarde, James Franklin abandona a *Boston Gazette* para publicar, a 7 de Agosto de 1721, em colaboração com John Checkley, o semanário *New-England Courant*, também em Boston. Benjamin Franklin recorda na sua autobiografia que o irmão foi aconselhado a não manter o projecto, pois não se considerava necessário haver mais do que um jornal nas colónias (FRANKLIN 1986: 20). Todavia, ignorados os avisos, este jornal foi editado durante cinco anos e meio, um período longo, tendo em conta a precariedade das condições de trabalho destes primeiros editores.

Este jornal ambicionava ser um «locally-produced piece of creative writing», publicando, frequentemente, vários ensaios satíricos sobre figuras públicas, nomeadamente sobre os líderes da comunidade puritana de Nova Inglaterra: Increase e Cotton Mather,

respectivamente pai e filho (SCHU-
DSON 1996: 45). Neste jornal, entre
Março e Outubro de 1722, Benjamin
Franklin escreveu, sob o pseudônimo
de «Silence DoGood», uma série de
catorze ensaios satíricos intitulada
«DoGood Papers» sendo que, ao que
se sabe, nem o próprio James Franklin
lhe conhecia o verdadeiro autor (BER-
COVITCH 1993:90-143).

A personagem Mrs Silence DoGood
criada por Benjamin Franklin era a
viúva de um clérigo e apresentava-se
como «an Enemy to Vice, and a Friend
to Virtue» bem como «a mortal Enemy
of arbitrary government and Unlimited
Power» (*New-England Courant*, 9 Abril
1722: 3).

Com a publicação dos textos de
Benjamin Franklin, o jornal iniciou uma
atitude inédita de crítica de costumes.
Na anteriormente citada edição de 9
de Abril de 1722, num texto de Mrs
DoGood descreve-se, sarcasticamen-
te, um dos seus alvos mais recor-
rentes: o reverendo Cotton Mather,
fantasiando o modo como este lhe fez
a corte. Este texto, para além de ser
exemplar da irreverência deste jornal
perante uma das figuras mais respei-
tadas na comunidade, indicia já uma
certa liberdade de imprensa.

Apesar de se ter apresentado
com um objectivo literário, o facto da
publicação dos primeiros números do
New England Courant coincidir com
uma epidemia de varíola que estava a
assolar Boston, mudou o seu rumo. Os
clérigos puritanos de Boston, nos quais
se incluía Cotton Mather, apoiavam
a inoculação. A maioria da classe
médica, tal como parte da população
da cidade, acreditava que a inoculação
era um meio de espalhar ainda mais a
epidemia. No meio desta polémica que
dividia os habitantes de Boston, James
Franklin e John Checkley tomaram
o partido dos anti-inoculacionistas,
criando, deste modo, a primeira cruza-
da jornalística, o que lhes terá valido
popularidade, mas também inimigos
(MOTT 1947: 18).

Não deixa de ser revelador que

apesar de assumir uma posição contra
a inoculação, o jornal tenha sentido a
necessidade, dada a dimensão da po-
lémica, de publicar um esclarecimento,
procurando reafirmar a sua intenção
de se assumir como um espaço de
debate aberto à colónia: «*The Courant*
was never design'd for a Party Paper.
I have once and again given out, that
both Inoculators and Anti-Inoculators
are welcome to speak their Minds in it;
[maiúsculas do original]» (*New-England
Courant*, 27 Novembro 1721).

Na mesma edição, os editores do
New-England Courant apresentavam,
numa manifestação de compromisso
com a liberdade de circulação de
ideias e de evidente e inédito *fair-play*,
uma carta de um cidadão que os criti-
cava por terem tomado uma posição
contra os ministros da Igreja puritana.

Na realidade, a condução desta
campanha revela dois aspectos de
interesse, por um lado, mostra aquela
que se julga ser uma das primeiras
campanhas levada a cabo por um
jornal e, por outro lado, revela que
também houve a preocupação dos
editores de dar voz à oposição.

Dois anos mais tarde o jornal
mudou de direcção quando Checkley
se retirou receando as proporções do
conflito que se arrastara em torno do
problema da inoculação, deixando o
New-England Courant nas mãos de
James Franklin (SLOAN e WILLIAMS
1994: 27). Nesta nova fase, o *New-
England Courant* apareceu como um
jornal que dava lugar ao entretenimen-
to, acrescentando ao jornalismo uma
nova função: a de divertir e distrair, ao
mesmo tempo que informava. Assim,
lê-se num dos editoriais de 1723: «The
main Design of this Weekly Paper will
be to entertain the Town with the most
comical and diverting Incidents of Hu-
mane Life.» (*New-England Courant*, 11
Fevereiro 1723, rpd. MOTT 1947: 16).

THE UNIVERSAL INSTRUCTOR IN ALL ARTS AND SCIENCES: PENNSYLVANIA GAZETTE

Para além da função de entreter
o público, em breve surgiram jornais
que pretendiam educá-lo, como foi
o caso de um dos principais jornais
da fase pré-1765: o *The Universal
Instructor in all Arts and Sciences:
Pennsylvania Gazette* iniciado em 1728,
em Filadélfia, por Samuel Keimer, e
comprado por Benjamin Franklin no
ano seguinte.

Keimer entendia que uma das prin-
cipais funções do jornal era educar o
público para a ciência. Nesse senti-
do, iniciou a publicação em série da
enciclopédia *Ephraim Chambers*, cujos
textos ocupavam, na totalidade, a pri-
meira página do jornal. A segunda pá-
gina era ocupada por notícias copiadas
de jornais ingleses. A terceira página
era destinada aos ensaios sobre várias
temáticas e na quarta e última página
apareciam os anúncios.

Quando, em 1729, Benjamin Franklin
comprou o jornal, optou por interrom-
per a publicação da enciclopédia (que
só havia sido publicada até à entrada
«Air»), reduziu o título para *Pennsyl-
vania Gazette*, e passou a publicar
notícias sobre a Europa e as colónias.
Franklin foi, na opinião da maioria
dos historiadores, o mais profissional
dos jornalistas coloniais, em grande
medida, por defender que todos os
jornalistas deveriam possuir conheci-
mentos amplos e seguros, de modo
a desempenhar a função informativa
e didáctica que deles era esperada.
Nesta linha de pensamento, está o tex-
to que Franklin escreveu no primeiro
número como editor da *Gazette*:

We are fully sensible, that to publish
a good News-Paper is not so easy an
Undertaking as many People imagine
it to be. The Author of a Gazette (in the
opinion of the Learned) ought to be
qualified with an extensive Acquain-
tance with Languages, a great Easiness
and Command of Writing and Relating
Things clearly and intelligibly, and in a

few words; he should be able to speak of War both by Land and Sea; be well acquainted with Geography, with the History of the Time, with the several Interests of Princes and States, the Secrets of Courts, and the Manners and Customs of all Nations. Men thus accomplish'd are very rare in this remote Part of the World. (*Pennsylvania Gazette*, 2 de Outubro 1729 rpd. MOTT 1947: 27-28).

No entanto, Benjamin Franklin foi uma excepção no cuidado que prestava à elaboração do seu jornal. Até esse momento, na prática dos três principais jornais coloniais, a preocupação com a veracidade e qualidade do produto jornalístico era mínima (mesmo que a intenção não o fosse) e não havia critérios regulares na sua elaboração e publicação: John Campbell, por exemplo, chegou a publicar notícias com um ano de atraso. O único preceito que a maioria dos editores seguia era a publicação das principais notícias nas páginas centrais, característica que se manteve até ao início do século XIX, data a partir da qual essas notícias passaram a ocupar a primeira página.

OS OBJECTIVOS DOS EDITORES

Para compreender o modo rudimentar como eram feitos os jornais é preciso não esquecer que os editores concentravam em si todas as tarefas necessárias à realização de um jornal. Eles eram simultaneamente proprietários, jornalistas, tipógrafos, investigadores e distribuidores. Para além disso, e porque a profissão não os sustentava economicamente, eles não podiam dedicar-se exclusivamente à produção dos seus jornais. Alguns editores também publicavam livros e panfletos, outros eram donos de lojas, outros acumulavam com a chefia dos correios, outros ainda com a magistratura ou com a função de tipógrafos oficiais (EMERY e EMERY 1988: 67).

Estes factos levantam algumas questões quanto à razão da persistência destes editores face às óbvias difi-

culdades económicas. A resposta estará, possivelmente, na especificidade dos objectivos de cada editor colonial: uma vontade de reunir um conjunto organizado de informações para os habitantes de Boston, como foi o caso de John Campbell; um desejo de utilizar a imprensa para educar, propósito manifesto de Samuel Keimer; uma intenção de entreter e resolver publicamente questões internas relativas ao funcionamento das colónias, como fez James Franklin; uma vontade de contribuir para a autonomia da comunidade puritana de Massachussets, como fez Benjamin Harris ou o intuito de promover a formação político-social dos leitores como propôs Benjamin Franklin.

Na verdade, o que parece ser possível concluir é que a imprensa colonial não era unidimensional ou uniforme, mas sim multifacetada, e o que era verdade em relação a um jornal não o era necessariamente em relação a outro.

Com os exemplos ilustrativos do tipo de jornalismo colonial americano pré-1765 poder-se-á concluir que se está longe de uma imprensa vigilante e interveniente face ao poder. Tal só aconteceria mais activamente a partir de 1765, quando várias motivações se reuniram sob um ideal comum.

O CRESCIMENTO POLÍTICO DO JORNALISMO

Em 1765, aquando da iminente ruptura com Inglaterra devido à questão do *Stamp Act* (passado a 22 de Março pelo Parlamento britânico) os jornais foram compelidos a definir-se publicamente face à metrópole. Coincidente com as questões levantadas pelo novo imposto, o jornalismo iniciou um processo de crescimento político, ganhando maior relevo na vida de todos os colonos.: «a single piece of legislation by the Crown in 1765 was enough to turn the newspapers, still half intimidated and self-censorious in spite of their ostensible freedom, into political organs of the most virulent kind.» (TEBBEL 1974: 37).

Nesta fase, havia já uma crescente curiosidade e interesse pelos jornais, de modo que, em Janeiro de 1765, apenas duas das colónias ainda não tinham jornais: Delaware e New Jersey. Em Boston havia quatro jornais, em Nova Iorque e em Filadélfia três. As colónias de Nova Inglaterra, Connecticut e Rhode Island tinham dois jornais cada uma, o mesmo acontecendo na Carolina do Sul e na Carolina do Norte. As restantes quatro colónias tinham cada uma o seu jornal, o que perfazia um total de vinte e três jornais, todos semanais.

No ano em que Inglaterra decide aplicar o *Stamp Act*, o panorama das tiragens já não era o mesmo que nos anos de Harris e Campbell, tendo aumentado para 600 exemplares, em média (BURBAGE et al. 1972: 10).

O *Stamp Act* estabelecido pelo Parlamento foi prontamente contestado pelos colonos que questionavam a sua legitimidade, não tanto pela quantia que passariam a pagar, mas pelo precedente que iria abrir. Isto é, o Parlamento britânico determinaria a aplicação de impostos nas colónias sem a aprovação das legislaturas coloniais. Se o novo imposto fosse aceite sem restrições, as colónias ficariam à mercê de todas as futuras imposições fiscais do Parlamento da metrópole.

A rápida união dos colonos contra a introdução do *Stamp Act* ficou a dever-se, em grande parte, à acção da imprensa, que contestou, com muito ânimo, a sua aplicação. (RUTLAND 1973: 39).

O novo imposto, aplicado sobre os jornais, os almanaques e toda a documentação legal, ameaçava aumentar as despesas de publicação dos jornais em cinquenta por cento, o que colocava em risco o sucesso das vendas e a estabilidade financeira dos editores. Na realidade, um dos aspectos mais importantes da contestação ao *Stamp Act*, e que não fora previsto por Inglaterra, foi o facto de associar dois dos grupos mais activos das colónias: os jornalistas e os advogados, ou seja, os alvos principais deste imposto.

A oposição dos editores tomou várias formas. A maioria escreveu colunas apelando à união entre os opositores ao *Stamp Act*, tomando voluntariamente uma atitude inédita no percurso do jornalismo americano, isto é, uma posição com valor interventivo, que nunca mais abandonaria.

«The United Voice of His Majesty's free and loyal Subjects in AMERICA, - LIBERTY and PROPERTY, and NO STAMPS [maiúsculas no original]» era uma das frases frequentemente colocada na primeira página de muitos jornais, durante esta controvérsia (DAVIDSON 1973: 234). Outra forma de protesto usada pelos editores foi a de retirar o título do jornal e os cabeçalhos das notícias, uma vez que, deste modo, a publicação deixava de ser classificada tecnicamente como um jornal. Outros ainda, publicavam o jornal sem o selo do imposto, justificando-se com a dificuldade em encontrá-lo, o que, na realidade, poderia ser verdade, já que, em várias cidades das colónias, multidões conseguiam impedir a sua venda. Na verdade, a 1 de Novembro de 1765, dia em que oficialmente entrava em efeito o imposto não havia nenhum *stamp commissioner* nas colónias para proceder à sua colecta.

A OPOSIÇÃO DOS JORNAIS AO GOVERNO BRITÂNICO

Uma das características da imprensa deste período, e que mais frequentemente é referida, é o facto desta ser controlada, quase na sua totalidade, por adversários das medidas do Parlamento britânico (dos 37 jornais publicados em 1773, 23 eram *Whigs*, e os restantes assumiam uma posição neutra) (DAVIDSON 1973: 225). Esta situação manteve-se até 1774, ano em que se iniciou a publicação de um jornal que se assumia claramente pró-britânico: o *Livington's New York Gazetteer or the Connecticut, New Jersey, Hudson's River and Quebec Weekly Advertiser*. Uma tentativa de manter um jornal *Tory* havia sido feita, em

1767, quando John Mein e John Fleming publicaram o *Boston Chronicle*. Mas o projecto foi efêmero, já que após terem sido enforcados em efígie e agredidos na rua, os dois editores fugiram para Inglaterra. Assim, mesmo depois de 1774, foram poucos os jornais que optaram por uma posição pró-britânica, o que facilitou, pelo menos em parte, a tarefa dos radicais e patriotas.

Três factores poderão justificar e explicar esta situação. O primeiro foi o facto do *Stamp Act* ter conseguido juntar todos os editores contra a Inglaterra, uma vez que, como já foi referido, este imposto ameaçava aumentar o preço dos jornais e conseqüentemente diminuir drasticamente as vendas. O segundo factor terá sido a incapacidade dos *Tories* de fazer frente à qualidade e à quantidade da imprensa patriota, agravada pelo facto de alguns dos potenciais editores *Tories* verem as suas prensas queimadas e serem sujeitos a grande hostilidade pública mesmo quando eram protegidos pelas tropas (NERONE 1994: 18-52). O terceiro e último factor foi determinado pelos editores que, apesar de não abraçarem a causa dos *Whigs*, optaram, provavelmente por razões de expediente, por se manterem neutros. (DAVIDSON 1973: 226-227).

A reacção ao *Stamp Act* demonstrou a crescente participação e influência da imprensa na vida política das colónias. Mas esta tendência, mais evidente a partir de 1765, iniciou-se lentamente. Não foi de um momento para o outro que desapareceram a atitude de indiferença política e a perspectiva exclusivamente regional dos jornais coloniais à qual se fez referência no início deste artigo.

Um dos projectos que abriu caminho para uma maior politização da imprensa colonial foi o de Samuel Adams (1722-1803), que seria um dos representantes mais activos do protesto «no taxation without representation».

Sam Adams que liderava um grupo radical/patriota – os *Sons of Liberty* de Boston – não ambicionava, inicial-

mente, o corte total com Inglaterra, mas desejava que fosse concedido às colónias mais poder de controlo sobre a sua própria administração. Adams acreditava que as colónias deveriam repudiar algumas das decisões do Parlamento britânico para garantir que, no futuro, a metrópole não aplicaria novos impostos ou novas leis sem o consentimento das colónias.

Como propagandista activo, Sam Adams adoptou a imprensa como principal ferramenta e, em 1764, juntamente com Benjamin Edes e John Gill, assumiu o controlo editorial da *Boston Gazette and Country Journal* que se transformou no centro nevrálgico dos radicais de Boston.

Apesar de nesta fase ainda não se ambicionar o corte completo com Inglaterra, o protesto à aplicação do *Stamp Act* para além de ter tido a capacidade de transmitir aos colonos uma noção de união e consenso contra o abuso de autoridade britânica, impulsionou a realização do *Stamp Act* Congress, a 19 de Outubro de 1765, em Nova Iorque. Neste congresso, os colonos concordaram com o princípio geral de que o Parlamento britânico não tinha autoridade para estabelecer impostos internos nas colónias e decretou-se boicote às importações inglesas.

A resistência das colónias ao *Stamp Act* foi bem sucedida e, em Março de 1766, esta lei acabou por ser abolida. A sua revogação, para além de pôr termo ao boicote das importações britânicas, teve o efeito de mostrar aos colonos que uma acção unida e decidida podia provocar alterações da política inglesa, e ao mesmo tempo reforçou a crença de Sam Adams e dos outros patriotas no poder da imprensa.

Apesar desta última e impopular medida da Grã-Bretanha, a soberania britânica, materializada na figura do monarca, não era, como já se referiu, rejeitada pela maioria dos colonos. Nesse sentido, a agenda de Sam Adams persistia na apresentação das vantagens da restrição do poder de decisão do Parlamento sobre as

colónias, na defesa de mais poder para as colónias e na persuasão dos leitores americanos de que os ministros de George III eram conspiradores com o intuito de destruir as liberdades e os direitos dos colonos americanos.

Todavia, o seu jornal parecia não ser um instrumento de alcance suficiente, dadas as deficiências dos métodos de distribuição de jornais, que sendo distribuídos pelos correios, dependiam do transporte em carruagens puxadas por cavalos ou jumentos para os fazer chegar ao seu destino, o que, na maioria das vezes, acarretava imprevistos e atrasos.

Para que a mensagem de Adams chegasse a todas as colónias e a situação actual se alterasse, foi necessária a colaboração dos editores associados ao grupo dos *Sons of Liberty*.

Estes editores faziam circular artigos críticos, quer pessoalmente quer com a ajuda do serviço postal, de modo a que a informação chegasse ao maior número de leitores possível. Contudo, este sistema provava não ser muito eficaz. Como tal, Sam Adams, apoiado pelos *Sons of Liberty*, decidiu avançar com uma campanha intercolonial anti-britânica na forma do *Journal of Occurrences*. A campanha consistia num sistema de recolha e distribuição de informação entre as colónias e sobre o qual Philip Davidson afirma ter sido «the most sustained effort to spread ideas through news items that was made in the entire twenty years (1763-83)» (DAVIDSON 1973: 237).

A criação do *Journal of Occurrences* foi, sem dúvida, impulsionada pela chegada das tropas britânicas, a 28 de Setembro de 1768. Este acontecimento tornou urgente a acção de Adams e dos seus aliados, os quais, a partir desse momento, começaram a produzir artigos distribuídos pelos trinta e cinco jornais semanais das colónias.

A maioria dos artigos eram relatos do comportamento dos soldados britânicos na cidade de Boston, acusando-os de extorquir dinheiro a cidadãos honestos, de maltratar as mulheres e

de usar publicamente uma linguagem pouco própria. O excerto seguinte de uma notícia divulgada pelo *Journal of Occurrences*, e publicado no *New York Journal*, pode ser apresentado como um exemplo típico do género de artigos que este serviço noticioso divulgava, relatando como três soldados abordaram um homem que caminhava na rua: [...] damning him, and asking why he did not answer when hail'd; immediately upon which, one of them without any provocation gave him a blow, which was seconded by another, whereby he was brought to the ground; they then stamped upon him, using means to prevent his calling out; then they robbed him of all the money in his pocket. (*New York Journal*, 10 Novembro 1768 cit. por STREITMATTER 1997: 9).

Numa altura em que a Grã-Bretanha parecia limitar-se a oferecer às colónias medidas impopulares, não era difícil alimentar o descontentamento dos colonos face às resoluções do Parlamento da potência colonizadora. A verdade é que, logo após a revogação do *Stamp Act*, o Parlamento britânico aprovou o *Declaratory Act*, em 1766, reafirmando a sua autoridade para estabelecer e cobrar impostos nas colónias, concretamente os *Townshend Duties* (1767) aplicados às importações que entravam nas colónias, nomeadamente ao papel. Novos protestos se levantaram, contestando os recém-aplicados impostos, pelo facto destes, tal como acontecera com a aplicação do *Stamp Act*, violarem o princípio de «no taxation without representation». Assim, em Março de 1768, a resistência tomou, novamente, a forma de um boicote das colónias aos produtos britânicos que, tal como acontecera por ocasião do *Stamp Act*, forçou o Parlamento britânico a revogar os *Townshend Duties*, em 1770.

Em Agosto de 1769, quando as tropas britânicas abandonaram Boston, Sam Adams pôs fim ao *Journal of Occurrences*. O projecto *Journal of Occurrences* tinha sido precipitado pela chegada das tropas britânicas, a

28 de Setembro de 1768, e talvez por essa razão, com a sua partida, Adams concluiu que o *Journal* cumprira o seu objectivo.

O chamado *Boston Massacre*, que ocorreu na noite de 5 de Março de 1770, na King Street, em Boston, e que é considerado, pela maioria dos analistas, como um exagero da imprensa patriótica, foi o elemento catalisador de novos protestos liderados pelos radicais. A imprensa radical exagerou as proporções do incidente (no qual morreriam «apenas» cinco civis americanos) e publicou textos onde se podia ler que os soldados britânicos do 29º regimento comandados pelo Capitão Thomas Preston haviam causado a «horrid massacre» de uma dimensão extraordinariamente monstruosa, após o qual se podiam ver «dogs greedily licking human Blood in King-Street.» (cit. por RUTLAND 1973: 45).

Após o «massacre» de Boston, surgiram novas publicações radicais, na sua maioria panfletos (entre 1755 e 1776 foram produzidos cerca de 400 panfletos discutindo os aspectos políticos, comerciais e ideológicos da motivação revolucionária), mas também comunicados de uma página, muito utilizados pelos radicais, pois eram facilmente impressos, distribuídos e afixados, conseguindo fazer chegar a informação rápida e anonimamente.

Artigos violentos contra a acção das tropas britânicas continuaram a ser publicados na *Boston Gazette*, bem como relatos dos acontecimentos desencadeados pela passagem do *Tea Act*, em 1773, pela *Boston Tea Party*, em Dezembro de 1773 e pela *New York Tea Party*, em Junho de 1774 (RAMSAY 1968: 91).

A forma mais importante de propaganda era o ensaio político. Frequentemente, estes ensaios eram escritos pelos editores dos jornais, sempre assinados com um pseudónimo que divergia de ensaio para ensaio, a fim de criar a ilusão de que eram várias as pessoas a escrever para o jornal e, como tal, maior o número

de participantes na causa patriota. Alguns destes ensaios eram seriados e publicados em sucessivos números do jornal. Outros eram publicados num só número. A polémica era rápida e facilmente gerada entre jornais concorrentes, uma vez que esses ensaios eram, muitas das vezes, respostas contradizendo linha a linha, tudo o que o respectivo opositor escrevera. Ao estruturarem deste modo os ensaios, os jornais ofereciam ao público uma leitura animada, ao mesmo tempo que garantiam a venda de mais exemplares, já que algumas destas disputas se mantinham por várias semanas.

Como alguns editores tinham extrema dificuldade em encontrar colaboradores para os seus jornais, optavam, frequentemente, por transcrever as notícias e os ensaios dos outros, prática, que de resto, era muito comum na época.

Esta duplicação dos ensaios foi uma das características mais relevantes dos jornais coloniais, uma vez que, ao mesmo tempo que mantinha as várias colónias em contacto com o que se escrevia nas outras, aumentava a influência das ideias e opiniões neles expressas, e ajudava a construir um padrão comum de atitudes, opiniões e acções. Para além dos jornais e dos panfletos, os almanaques também foram um instrumento de propaganda, dado que eram uma forma de alcançar as populações rurais (DAVIDSON 1973: 221, 223).

THOMAS PAINE E O COMMON SENSE

A fase final e decisiva da campanha pró-revolução levada a cabo pela imprensa, começou após os confrontos armados entre tropas britânicas e colonos patriotas a 19 de Abril de 1775, e foi dirigida pelo mais influente propagandista da era colonial: o inglês Thomas Paine que, a convite de Benjamin Franklin, ficara à frente da *Pennsylvania Magazine*. Apesar da revista não ter sobrevivido mais

do que oito meses, este período foi suficiente para se criar em torno de Paine uma reputação de excelente observador e comentador. Na maioria dos seus artigos, Paine versava as suas opiniões contra a escravatura, contra a arrogância britânica, e fazia a defesa do sufrágio universal e de um sistema de educação acessível a todos.

Mas foi em Janeiro de 1776, dois anos após ter chegado às colónias, que, em Filadélfia, Paine escreveu, anonimamente, o panfleto que o iria consagrar como escritor revolucionário, e que o ajudaria a levar os patriotas mais hesitantes a aderirem ao movimento revolucionário: o *Common Sense*. Este panfleto deu o impulso anti-monárquico à luta, até esse momento, dirigida apenas à acção do Parlamento britânico e não ao rei, que agora Paine acusava de ser corrupto.

A opção de apresentar o *Common Sense* como um panfleto (com cinquenta páginas), e não como um texto publicado num dos 37 jornais existentes nas treze colónias, poderá ter sido uma escolha inerente ao carácter revolucionário do texto, dada a imediatividade que o panfleto proporciona. Para além do mais, todos os jornais da época teriam dificuldade em publicar um texto tão longo, quer devido à sua débil capacidade financeira, quer devido às próprias limitações de espaço que eram incompatíveis com a publicação de um texto tão extenso.

O panfleto teve sucesso imediato. Prova disso é que em 1776, quando a maioria dos jornais coloniais tinha uma tiragem média de 1.000 exemplares, o *Common Sense*, num espaço de três meses, vendeu mais de 150.000 cópias (BURBAGE et al. 1972:10).

Neste panfleto, Thomas Paine exprimiu o seu profundo desejo de independência como a única solução positiva para o futuro dos norte-americanos: «independence is the only Bond that can tie and keep us together. [maiuscula do original]» (rpd. FOOT e KRAMNICK 1987:109).

Até então, a ambição da maioria

dos colonos era ver reconhecidos os seus direitos como súbditos britânicos. Porém, Paine procurou ir mais longe e mostrar que o desejo de independência era um desejo intemporal e um direito de toda a humanidade, estimulando os americanos a acreditar que lutavam pela mais justa e razoável das causas: «The cause of America is in great measure the cause of all mankind... the concern of every man to whom nature hath given the power of feeling. [...] 'Tis not the concern of a day, a year, or an age; posterity are virtually involved in the contest, and will be affected even to the end of time. [maiusculas do original]» (rpd. FOOT e KRAMNICK1987: 65, 80).

De acordo com a mensagem do *Common Sense*, não só a separação da Grã-Bretanha era inevitável, mas também este era o momento certo para a alcançar: «'tis time to part», «the present time is the true time for establishing it». (rpd. FOOT e KRAMNICK 1987: 83,99).

Apesar da forte adesão que o panfleto de Paine teve nas colónias, seria exagero afirmar que o *Common Sense* provocou a revolução americana, seis meses após a sua publicação. Contudo, os vários historiadores não têm dúvidas quanto à força persuasiva e esclarecedora das palavras de Paine, quer pela magnitude do seu impacte, quer pela conversão de um grande número de colonos, sendo que o autor conseguiu, insistentemente, demolir a ligação afectiva que eles manifestavam para com o monarca inglês e transformar a realidade da independência numa necessidade (LEE 1973: 40). O *Common Sense* foi uma confirmação verbal de todas as suspeitas criadas em torno da monarquia, nomeadamente para aqueles que já estavam convencidos que a independência era inevitável: «There is something exceedingly ridiculous in the composition of monarchy; it first excludes a man from the means of information, yet empowers him to act in cases where the highest judgement is required. The sta-

te of a kings shuts him from the world, yet the business of a king requires him to know it thoroughly; wherefore the different parts, unnaturally opposing and destroying each other, prove the whole character to be absurd and useless.» (rpd. FOOT e KRAMNICK1987: 70)

O impacto do *Common Sense* foi um forte estímulo impulsionador da causa patriota. Assim, numa fase em que a publicidade era uma das principais fontes de receita de um jornal, ocupando, em média, duas das quatro páginas de um jornal, os editores patriotas preferiram sacrificar o espaço a ela reservado, a favor de mais um texto de Thomas Paine.

Estima-se que os jornais revolucionários da segunda metade da década de 1770, apesar das tiragens pouco elevadas, poderão ter conseguido chegar a aproximadamente 40.000 casas, tendo em conta que cada exemplar era habitualmente partilhado, quer nas casas particulares, quer nas tavernas, estalagens e noutros lugares públicos (EMERY e EMERY 1988: 65)

Na realidade, é possível sugerir que a boa receptividade do público colonial americano à leitura da informação, quer fosse pela forma de jornais, quer pela de panfletos ou almanaques, favoreceu o enfraquecimento dos laços imperiais (RUTLAND 1973: 40).

Como se avançou no início deste artigo, o conteúdo e o desempenho da imprensa colonial foram marcados e influenciados pela reacção das colónias ao novo imposto estabelecido pelo *Stamp Act*, em 1765.

Até ao ano de 1765, as colónias haviam convivido com uma imprensa pouco activa do ponto de vista político, dedicada, principalmente, aos outros aspectos da vida diária das colónias, como por exemplo, as actividades comerciais, a vida religiosa, ou mesmo a educação, o que resulta num conteúdo heterogéneo e numa imprensa que realça a presença do respeito à autoridade da metrópole. Nesta fase, incluem-se as experiências jornalísticas de John Campbell, que desejava

que o seu jornal reunisse um conjunto organizado de informações para os habitantes de Boston; de Samuel Keimer que ambicionava realçar a faceta didáctica da imprensa; de James Franklin que produzia um jornal para esclarecer e solucionar questões internas controversas relativas à vida colonial; e, finalmente, de Benjamin Franklin, que pretendia transformar o jornal num instrumento de formação política e social dos colonos.

Depois de 1765, a imprensa começa a construir uma maior independência e afirmação face ao poder da Grã-Bretanha, apresentando, a partir desse momento, um carácter mais político, como se verifica nos projectos de Sam Adams e de Thomas Paine.

De facto, estamos em crer que a implementação do *Stamp Act* operou mudanças qualitativas na imprensa, que se concretizaram numa atitude mais interventiva e opinativa, e simultaneamente mais pan-colonial, conseguindo unificar a imprensa e os leitores sob uma crítica comum contra a metrópole que, em última análise, os levou ao desejo e à concretização da independência.

Apesar das diferenças entre os dois períodos que serviram de base à divisão a este artigo, há premissas comuns aos dois momentos. Uma delas é o facto da imprensa demonstrar a preocupação de se envolver nas actividades diárias do sistema social colonial, procurando estar em contacto com as actividades públicas, desde o debate teológico, às actividades comerciais e às tendências culturais. A outra é a ausência de objectividade e factualidade, que no primeiro momento ressalta da falta de preocupação com a veracidade e qualidade do produto jornalístico, e no segundo, é consequência do acentuado cariz propagandista da imprensa.

Em conclusão, poder-se-á dizer que Benjamin Harris, o fundador do primeiro jornal norte-americano, criou o modelo do jornal agressivo e independente; que o segundo jornal das colónias da iniciativa de John Camp-

bell, criou outro modelo – cuidadoso e, tendencialmente, submisso – e que, a partir deste momento, os conflitos e os compromissos entre estes dois estilos jornalísticos sempre coexistiram e preencheram uma grande parte dos anais da história da imprensa norte-americana.

.....

1 Boston era a maior cidade das colónias, com aproximadamente 5.500 habitantes em 1690.

2 *Publick Occurrences* (25 Setembro 1690:1). Todas as citações que aqui se apresentam foram retiradas da primeira página.

3 O *Boston News-Letter* apresentava-se sob a forma de uma única folha, com duas colunas de texto impressas em cada uma das duas páginas (EMERY e EMERY 1988: 24).

4 Joseph Dudley foi nomeado governador de Massachusetts em 1702, converteu-se ao anglicanismo e defendia incontestavelmente a submissão das colónias à Coroa Britânica.

5 Os almanaques eram uma forma de literatura popular com um carácter simultaneamente didáctico e de entretenimento. Para além de conterem informações relativas à meteorologia e às colheitas agrícolas, ofereciam também conselhos médicos, preceitos morais, provérbios e poemas. O primeiro a ser publicado nas colónias foi o *Almanac for New England for the Year 1639*, compilado por William Pierce, sob a supervisão da Universidade de Harvard. O mais famoso dos almanaques foi o *Poor Richard's Almanac* da autoria de Benjamin Franklin, publicado em Filadélfia, e que, entre 1732 e 1757, vendeu cerca de 250.000 cópias, reforçando as virtudes de uma vida simples reconfortada pelos prazeres do trabalho: «Industry and Frugality, as the Means of procuring Wealth and thereby securing Virtue. [maiúsculas no original]». Alguns dos provérbios aqui apresentados por Franklin «God helps those who help themselves» e «Early to bed and early to rise, makes a man healthy, wealthy, and wise.» ainda hoje permanecem actuais (RUTLAND 1973: 19).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BERCOVITCH, Scavan (1993) *The Rites of Assent: Transformations in the Symbolic Construction of America*. Routledge, Nova Iorque.
- BURBAGE, R., J.Cazemajou e A.Kaspi (1972) *Presse, Radio et Télévision aux Etats-Unis*. Coleção «Études anglo-américaines», Librairie Armand Colin, Paris.
- DAVIDSON, Philip (1973) *Propaganda and the American Revolution, 1763-1783*. Norton, Nova Iorque.
- EMERY, Michael e Edwin Emery (1988) *The Press and America: An Interpretative History of the Mass Media*. 6ª Edição, Prentice Hall, New Jersey.
- FOOT, Michael e Isaac Kramnick (1987) *Thomas Paine Reader*. Penguin Books, Nova Iorque.
- FRANKLIN, Benjamin (1986) *Autobiography and Other Writings*. Editado por Kenneth Silverman. Penguin Books, Nova Iorque.
- MOTT, Frank Luther (1947) *American Journalism: A History of Newspapers in the United States Through 250 Years 1690-1940*. Macmillan, Nova Iorque.
- MOTT, Frank Luther (1952) *The News in America*. Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- NERONE, John (1994) *Violence Against the Press: Policing the Public Sphere in U.S. History*. Oxford University Press, Oxford, Nova Iorque.
- PAINE, Thomas (1987) [1776] *Common Sense*. Rpd. *Thomas Paine Reader*, ed. Michael Foot e Isaac Kramnick. Penguin Books, Nova Iorque: 65-115.
- RAMSAY, David (1968) *The History of the American Revolution*. Russell & Russell, Nova Iorque.
- RUTLAND, Robert A. (1973) *The Newsmongers: Journalism in the Life of the Nation 1690-1972*. The Dial Press, Nova Iorque.
- SCHUDSON, Michael (1996) *The Power of News*. Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- SLOAN, David e Julie Hedgepeth Williams (1994) *The Early American Press, 1690-1793*. Greenwood Press, Westport, Connecticut.
- STREITMATTER, Rodger (1997) *Mightier than the Sword: How the News Media Have Shaped American History*. Westview Press, Colorado.
- TEBBEL, John (1974) *The Media in America*. Thomas Y. Crowell Co, Nova Iorque.

JORNAIS:

- Boston Gazette*, 23 Setembro 1765
- Boston News-Letter*, 17 Abril 1704.
- Publick Occurrences*, 25 Setembro 1690.
- New-England Courant*, 27 Novembro 1721.
- New-England Courant*, 9 Abril 1722